



Jane de Araújo/Agência Senado

**O** embaixador Pedro Borio, novo diretor-geral da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares do Ministério das Relações Exteriores, visitou ontem o presidente do Senado, José Sarney.

## Assusete será a sétima ministra do Superior Tribunal de Justiça

A desembargadora Assusete Magalhães levou ontem ao presidente do Senado, José Sarney, convite para sua posse no Superior

Tribunal de Justiça. Sétima ministra do STJ, ela vê como evolução natural o maior número de mulheres em cargos importantes. **2**

## Constituição de Cádiz é tema de seminário **2**

# Senadores propõem medidas contra falhas na educação

Índice divulgado pelo governo mostra que escolas públicas do ensino médio não melhoraram. Paulo Bauer defende mais verbas; Cristovam, a federalização do ensino

**E**ntre 2009 e 2011, a nota média das escolas públicas do ensino médio (antigo segundo grau) no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) não avançou. Ficou em 3,4. A média das escolas particulares subiu de 5,6 para apenas 5,7. O Ideb considera as notas dos alunos e os índices de aprovação. Segundo

o vice-presidente da Comissão de Educação, Paulo Bauer, o governo federal precisa enviar verbas para que as escolas públicas construam laboratórios de informática e robótica. Para Cristovam Buarque, a solução é passar a educação básica pública, hoje a cargo de estados e municípios, para as mãos do governo federal. **3**



Jonas Pereira/Agência Senado

Alunos de escola pública do Distrito Federal: qualidade do ensino médio público não melhorou entre 2009 e 2011

Renata Somarco



**Ex-tesoureiro de Marconi pede ao STF para ficar calado na CPI **4****

**Valadares quer regra rígida para saque de R\$ 20 mil durante eleições **4****

**Projeto impõe multa a bar que não repassar gorjeta a garçom **3****

## “O chorinho está de luto”, diz Suplicy sobre Altamiro Carrilho

O senador Eduardo Suplicy homenageou ontem, em Plenário, o flautista Altamiro Carrilho, que morreu na quarta-feira, de câncer, aos 87 anos. Suplicy lembrou que o artista compôs mais de 200 músicas e gravou mais de 100 discos, tendo acompanhado grandes

nomes da MPB como Chico Buarque, Elis Regina, Roberto Carlos e Orlando Silva. O senador disse que os jovens precisam conhecer o trabalho do músico. Uma das últimas apresentações de Altamiro ocorreu em maio, no Clube do Choro, em Brasília (foto). **4**



Desembargadora entrega ao presidente do Senado o convite para sua posse no Superior Tribunal de Justiça

## Ministra indicada ao STJ convida Sarney para posse

Assusete Magalhães foi aprovada pelo Senado após sabatina na Comissão de Constituição e Justiça. Será a sétima juíza do tribunal

A DESEMBARGADORA FEDERAL Assusete Dumont Reis Magalhães esteve ontem no Senado para convidar o presidente da Casa, José Sarney, para sua posse no cargo de ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no dia 21.

Em junho, o Plenário do Senado aprovou a sua indicação, após sabatina da Comissão

de Constituição e Justiça. A nomeação foi publicada no *Diário Oficial da União* do dia 24. A magistrada foi indicada pela presidente Dilma Rousseff, a partir de lista tríplice para a vaga decorrente da aposentadoria de Aldir Guimarães Passarinho Junior.

Assusete, que será a sétima ministra do tribunal, vê como uma evolução natural o aumento do número de mulheres em cargos importantes no país.

— Somente há pouco tempo a mulher passou a frequentar as universidades, passou a estudar, a trabalhar e a

introduzir-se no mercado de trabalho. Penso que é uma grande vitória para a sociedade brasileira no seu todo, porque essa igualdade de direitos entre homem e mulher é que assegurará efetivamente o Estado democrático de direito — disse a futura ministra, após o encontro com Sarney.

Natural de Serro (MG), Assusete foi procuradora da República e é juíza federal há 28 anos. Depois de se tornar desembargadora, presidiu o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com jurisdição sobre 13 estados e o Distrito Federal.

## Senado celebra o Dia do Maçom segunda-feira

O Senado fará nesta segunda-feira, Dia do Maçom, uma sessão especial para homenagear a Maçonaria brasileira. O requerimento é de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).



da Grande Oriente, e maçons ilustres se notabilizaram na luta contra a escravidão e pela proclamação da República. Campanhas pela rede-

moocratização do país e pela anistia a presos políticos também contaram com o envolvimento da Maçonaria, disse o senador.

— Ainda persiste o preconceito e a crença de que somos uma seita. Mas a Maçonaria é um modelo de tolerância com o pensamento diverso, que prega a crença em Deus, o respeito à família e o amor à pátria — afirmou Mozarildo.

democratização do país e pela anistia a presos políticos também contaram com o envolvimento da Maçonaria, disse o senador.

— Ainda persiste o preconceito e a crença de que somos uma seita. Mas a Maçonaria é um modelo de tolerância com o pensamento diverso, que prega a crença em Deus, o respeito à família e o amor à pátria — afirmou Mozarildo.

## Mozarildo pede regras para greve no serviço público

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse ontem que é urgente a regulamentação do direito de greve dos servidores. Diversas categorias estão paradas há meses exigindo reajustes, enquanto o governo diz não ter recursos.

Hoje a greve só é regulamentada para trabalhadores da iniciativa privada. Sem regras definidas, a população acaba sofrendo as consequências, avaliou. Ele mencionou os estudantes de Medicina de Roraima, que sofrerão atraso nas formaturas. Para Mozarildo, regras para a greve de categorias como professores, médicos e policiais merecem atenção especial.

## Seminário no Interlegis comemora 200 anos da Constituição de Cádiz

O Senado e a Secretaria-Geral Ibero-Americana realizam na segunda-feira, no Interlegis, seminário sobre os 200 anos da Constituição de Cádiz, que vigorou na Espanha e teve influência sobre outros documentos do gênero produzidos em Portugal, na América espanhola e no Brasil.

O texto foi elaborado em meio às transformações ocorridas na Europa após a Revolução Francesa (1789). É um dos primeiros representantes do constitucionalismo moderno, precedido apenas pelas constituições da Córsega (1755), dos Estados Unidos (1787) e da França (1791).

Trazia 384 artigos, em dez títulos: Da Nação Espanhola e dos Espanhóis; Do Território das Espanhas, sua Religião e Governo e dos Cidadãos Espanhóis; Das Cortes; Do Rei; Dos Tribunais e da Administração das Justiças Civil e Criminal; Do Governo do Interior das Províncias e dos Povos; Das Contribuições; Da Força Militar Nacional; Da Instrução Pública; Da Observância da Constituição e Modo de Proceder



para Fazer Mudanças.

Em função das reviravoltas vividas pela Espanha, vigorou por três breves períodos, mas sua importância se refletiu em outros países.

O seminário vai das 9h às 12h, com duas palestras: “A Constituição de Cádiz e as constituições de Portugal (1822) e do Brasil (1824)”, com o professor Carlos Fernando Mathias de Souza; e “La Constitución de Cadiz como símbolo de libertad. Su influencia en Ibero-america”, do escritor e jurista espanhol Benigno Pendás.

O presidente do Senado, José Sarney, e o secretário-geral da Secretaria Ibero-Americana, Enrique Iglesias, participarão do evento.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO: Discursos

9h A sessão plenária é não deliberativa e destinada a pronunciamentos dos senadores e comunicados da Mesa.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

### Mesa do Senado Federal

**Presidente:** José Sarney

**1º vice-presidente:** Marta Suplicy

**2º vice-presidente:** Waldemir Moka

**1º secretário:** Cícero Lucena

**2º secretário:** João Ribeiro

**3º secretário:** João Vicente Claudino

**4º secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### Secretaria Especial de Comunicação Social

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### Agência Senado

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.gov.br/noticias](http://www.senado.gov.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burtle

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Em resposta à nota 3,7 que o ensino médio brasileiro obteve no Ideb, Bauer pediu verbas federais para equipar escolas e Cristovam disse que resultado impede avanço do país

# Senadores criticam desempenho da educação

A PARALISIA DO ensino médio, recém-detectada pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), deve ser enfrentada com investimentos que tornem a escola atraente para os jovens.

A recomendação é do vice-presidente da Comissão de Educação, Paulo Bauer (PSDB-SC). O senador defende o envio de verbas federais para a construção de laboratórios de informática e robótica nas escolas.

— Na hora de elaborar o Orçamento da União, devemos estabelecer vinculações no orçamento do Ministério da Educação para essa finalidade — sugeriu Bauer, em entrevista à Agência Senado.

De toda a educação básica, os alunos do ensino médio (antigo segundo grau) tiveram a pior nota do Ideb — 3,7. Nos cinco primeiros anos do ensino fundamental (antigo primeiro grau), a média foi de 5.

As melhores notas do ensino médio foram de Santa Catarina — média de 4,3. Ex-secretário catarinense da Educação, Bauer afirmou que em seu estado todas as escolas do ensino médio contam com laboratório de informática e quase todas têm laboratório de robótica.

Além disso, acrescentou ele, o governo estadual distribuiu entre os alunos livros de ficção.

— O ensino não pode mais ser feito só na base de giz e saliva. Se contarmos com professores habilitados e alunos dispostos a aprender, só ficam faltando as ferramentas. Precisamos ter equipamentos e motivação.

O ministro da Educação, Aloizio Mercadante, apontou a sobrecarga na grade curricular



Alunos em sala de aula numa escola pública de Sobradinho (DF): colégios particulares obtiveram nota mais alta

como uma das causas da estagnação do ensino médio. Ele recordou que há 13 disciplinas obrigatórias e que, em algumas escolas, chegam a 19.

Muitos dos projetos de lei que tramitam na Comissão de Educação, porém, incluem novos conteúdos nos currículos. Recentemente, 11 projetos receberam parecer contrário da relatora, Maria do Carmo Alves (DEM-SE). As propostas acrescentam temas como educação financeira, direitos da mulher, primeiros socorros e ética social e política. Os projetos tramitam em conjunto e ainda não foram votados.

— Não adianta aumentar o número de disciplinas se ainda temos problemas com Matemática, Português, Química, Física e Biologia. Precisamos primeiro melhorar o que já existe — argumentou Paulo Bauer.

## Cristovam

Também comentando o Ideb, Cristovam Buarque (PDT-DF) fez um pronunciamento em que lamentou que a presidente Dilma Rousseff



não tenha convocado “todas as forças nacionais” para debater a crise na “infraestrutura intelectual” do Brasil. Para ele, o país vive um “apagão intelectual”.

— O Brasil não pode se transformar em grande economia tirando nota 6 na escola particular e 3,8 nas escolas de pobres. Abaixo de 4, isso se chama reprovação. As próprias escolas particulares têm uma nota medíocre, sofrível. Não se constrói um grande profissional com média 6. Não se constrói um país com média 6 nas escolas particulares, que são consideradas as melhores — afirmou.

Cristovam disse ter ficado “chocado” pelo fato de o Ideb ter sido apresentado pelo Ministério da Educação como uma “grande vitória”.

— A tragédia não é culpa dele [do ministro da Educação, Aloizio Mercadante], que tem menos tempo no ministério do que eu fiquei. Ele não ajuda a educação ao comemorar com euforia um resultado trágico.

Cristovam observou que “é muito preocupante ver que o governo comemorou a tragédia em vez de assumir que em cinco séculos não se conseguiu construir uma economia baseada em mão de obra qualificada, não se conseguiu fazer a educação igual para todos”.

O senador defendeu a federalização da educação básica e disse que “deixar a responsabilidade da educação sob os ombros das prefeituras, que são desiguais, é manter a desigualdade”. De acordo com o parlamentar, “a igualdade só



Paulo Bauer, vice-presidente da Comissão de Educação: mais verbas



Cristovam Buarque: colégios públicos deveriam ser geridos pela União

viria com a União assumindo a responsabilidade”.

Cristovam cobrou a criação de uma carreira nacional do magistério público, “pagando muito bem, identificando vocações e quebrando a ideia de estabilidade plena”.

Ele disse ainda que o que torna forte uma economia é a capacidade de inovar e oferecer novos bens e serviços ao mercado — isso só virá se o Brasil tiver alta base educacional.

— Ninguém vai construir uma economia, com ótimas estradas, portos, ferrovias e aeroportos, se não tiver uma boa educação. Todas essas obras são necessárias, mas serão poucas diante das exigências crescentes de ciência e tecnologia na economia — afirmou.

## Projeto reduz tarifas cobradas em aeroportos nas fronteiras



O Senado começou a examinar aplicação de igual tratamento tarifário entre voos domésticos e internacionais com origem ou destino em cidades gêmeas. A isonomia deve valer para tarifas aeroportuárias e de navegação aérea.

O PLS 303/12, de Ana Amélia (PP-RS), começou a tramitar na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e depois segue para votação final na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). A senadora afirma que o tratamento desfavorável aos voos internacionais é particularmente prejudicial às cidades gêmeas fronteiriças, em que a integração com o país vizinho costuma ser muito maior. Para ela, a discriminação dos voos internacionais impede essas cidades de desenvolverem seu potencial econômico, social e cultural, o que debilita a própria economia nacional.

## Bar que não repassar gorjeta a garçom pode ser multado

A Comissão de Assuntos Econômicos está pronta para votar o projeto que regula a divisão da gorjeta cobrada em bares, restaurantes e hotéis (PLC 57/10). A taxa costuma ser fixada em 10% do valor da conta, mas o cliente não está legalmente obrigado a pagá-la. Apesar de a legislação já destinar esse adicional ao trabalhador, a proposta força o empregador a seguir a determinação, impondo multas.

“O que o projeto pretende é explicitar a taxa de serviço na definição de gorjeta, uma vez que essa taxa já é entendida dessa forma pelo usuário do serviço, embora nem sempre seja repassada ao empregado”, explicou o relator, Tomás Correia (PMDB-RO), no parecer favorável.

O relator elaborou um substitutivo com alterações. Eliminou, por exemplo, a possibilidade de incorporação da gorjeta ao salário do empregado na hipótese de sua cobrança cessar. Seu argumento é que a medida encareceria o contrato de trabalho.

Outra mudança permite ao estabelecimento descontar a taxa de administração cobrada pelo banco das gorjetas pagas por meio de cartão.

## Aguarda relator projeto que isenta 13º do Imposto de Renda



O 13º salário poderá ficar isento do Imposto de Renda. Projeto com esse objetivo (PLS 266/12), de Lobão Filho (PMDB-MA), aguarda designação do relator na Comissão de Assuntos Sociais.

Segundo o senador, a incidência do imposto é feita na fonte com aplicação das mesmas alíquotas da tabela progressiva. Assim, acrescentou, a legislação não permite que essa parcela da renda do trabalhador receba os mesmos abatimentos e deduções, o que torna a alíquota efetiva mais alta que a do conjunto dos rendimentos.

Lobão Filho observou que a isenção não afetará o governo, já que a parcela dispensada voltará aos cofres públicos na forma de tributos.

— O efeito econômico gerado pela alta de vendas [graças ao dinheiro do 13º] se propaga para toda a cadeia produtiva.

# Convocado pela CPI pede ao STF *habeas corpus* para ficar calado

Presidente da Agência Goiana de Transportes e Obras alega que vai depor como testemunha, e não como acusado

COM DEPOIMENTO AGENDADO para quarta-feira na CPI do Cachoeira, o presidente da Agência Goiana de Transportes e Obras (Agetop), Jayme Eduardo Rincón, entrou com pedido de *habeas corpus* no Supremo Tribunal Federal (STF) para ficar calado e não se autoincriminar. Ele alega que não foi convocado como testemunha, mas como acusado. O relator do pedido é o ministro Joaquim Barbosa.

Rincón já havia sido convocado pela CPI por duas vezes: em 30 de maio e em 27 de junho, mas alegou problemas de saúde para não comparecer. Contra ele, pesam acusações de ter recebido dinheiro do grupo do contraventor goiano Carlos Augusto Ramos. O presidente da Agetop também é ex-tesoureiro da campanha de Marconi Perillo (PSDB) ao governo de Goiás em 2010.

O recurso ao STF tem sido uma praxe da maioria dos convocados pela CPI. Dos quatro últimos que foram chamados a dar explicações, apenas um se dispôs a falar aos parlamentares.

## Respeito a direitos

Esse procedimento tem sido criticado por alguns parlamentares. O senador Pedro Taques (PDT-MT), por exemplo, por mais de uma vez alertou para a desnecessidade de tais decisões judiciais, visto que o respeito aos direitos e garantias individuais é, na opinião dele, obrigação da CPI.

Na última reunião da comissão, dia 15, Taques criticou o salvo-conduto obtido pelo ex-presidente do Detran de Goiás Edivaldo Cardoso de Paula,

garantindo-lhe o direito de ficar em silêncio diante das perguntas.

— Com esta decisão, o Supremo Tribunal Federal está dizendo que nós, deputados e senadores, estamos já praticando ameaça a cidadãos. O Supremo está dizendo que temos de cumprir a Constituição. Desde o início, a CPI do Cachoeira está dando a quem aqui venha, seja lá quem for e o cargo que ostente, inclusive senador, o direito de não se autoincriminar. Isso aqui é uma vergonha, pois faz crer ao cidadão que o Parlamento está a desobedecer a nossa Carta Magna — afirmou o senador.

## Desconfiança

O deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) apresentou opinião semelhante à de Taques e sugeriu que a relação das CPIs em face do texto constitucional

e das decisões do Supremo Tribunal Federal seja tratada no relatório final do relator, Odair Cunha (PT-MG).

— Será que perante algum juiz existe o hábito de ir depor com um *habeas corpus* no bolso? Será que isso é concedido com tanta frequência quando se trata de Poder Judiciário? Mas por que olhar o Poder Legislativo com essa desconfiança e, mais do que isso, como uma ameaça? É justamente esta a expressão que justifica o *habeas corpus*: é preciso haver essa “notória ameaça” para que se conceda o instrumento — ponderou o deputado.

Além do presidente da Agetop, a CPI do Cachoeira ouvirá mais duas pessoas esta semana: os procuradores da República Daniel de Resende Salgado e Léa Batista de Oliveira, que atuaram nas operações Vegas e Monte Carlo, da Polícia Federal.



Taques (E), ao lado de Randolfe Rodrigues, diz que esse tipo de *habeas corpus* desrespeita o Parlamento

## Valadares quer regulamentar saques de mais de R\$ 20 mil em período eleitoral

Projeto de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que regulamenta o saque em espécie de valor superior a R\$ 20 mil, em anos de eleições, aguarda indicação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

“A partir de 1º de julho do ano em que houver eleição, saque em espécie em valor superior a R\$ 20 mil reais só poderá ser efetuado mediante a apresentação de justificativa efetuada em formulário próprio, que ficará retido na agência bancária”, determina o projeto, que altera a Lei Eleitoral (Lei 9.504/97). O texto estabelece que a medida vigore até 30 dias após a eleição, aplicando-se também em caso de segundo turno.

Valadares lembra que, em 2010, já houve restrições da Justiça Eleitoral

para saques acima desse valor, a fim de prevenir a compra de votos. O projeto será analisado pela CCJ em decisão terminativa — não precisa passar pelo Plenário.



Antonio Carlos Valadares

## Humberto busca reforçar Polícia Federal no combate à falsificação de remédios

A lista de crimes de repercussão interestadual e internacional passíveis de investigação pela Polícia Federal (PF) pode ser ampliada para incluir a falsificação de medicamentos e a venda desses produtos, inclusive pela internet. A medida é o objetivo de projeto que está pronto para votação na CCJ.

O autor (PLS 368/11), Humberto Costa (PT-PE), explica que a PF enfrenta dificuldade para investigar a falsificação de remédios, com sua posterior comercialização, por não haver previsão legal para ação do órgão no combate a esses delitos.

Em parecer favorável, o relator, Inácio Arruda (PCdoB-CE), observa que a globalização de mercados e os acordos de livre comércio entre países

têm resultado no aumento da oferta de produtos falsificados. Ele ressalta que a falsificação de medicamentos representa uma ameaça à saúde da população.



Humberto Costa

## União civil de homossexuais e sua conversão em casamento estão prontas para votação

Já está pronto para votação final na Comissão de Constituição e Justiça projeto que altera o Código Civil para reconhecer a união estável entre casais do mesmo sexo e possibilitar a conversão da união em casamento.

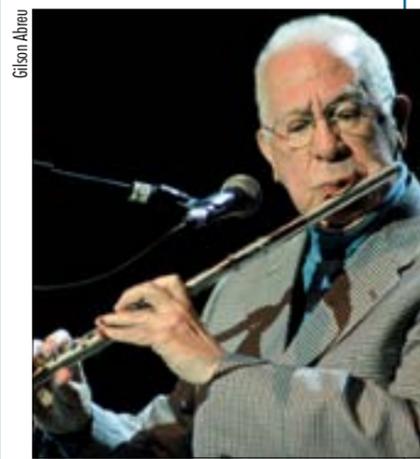
O projeto (PLS 612/11), de Marta Suplicy (PT-SP), reconhece como entidade familiar “a união estável entre duas pessoas, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família”. Hoje o Código Civil limita o reconhecimento a relacionamentos entre homem e mulher.

O direito à união homossexual é reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal desde 2011, mas Marta argumenta que a segurança jurídica só ocorrerá com

a previsão no Código Civil. O relator na comissão, Roberto Requião (PMDB-PR), concorda e observa que cabe ao Legislativo adequar a lei ao entendimento do Supremo.



Marta Suplicy



Músico é considerado o maior flautista brasileiro de todos os tempos

## Suplicy faz homenagem ao flautista Altamiro Carrilho, morto dia 15

Eduardo Suplicy (PT-SP) homenageou ontem o flautista Altamiro Carrilho, que morreu quarta-feira no Rio de Janeiro, aos 87 anos, vítima de câncer.

Considerado o maior flautista brasileiro de todos os tempos, o músico nascido em Santo Antônio de Pádua (RJ) compôs mais de 200 músicas e gravou mais de 100 discos. Ele dizia que ganhou de Papai Noel a primeira flauta, quando tinha 5 anos. Suplicy lembrou que o flautista tocou com grandes nomes da MPB, como Chico Buarque, Orlando Silva, Elis Regina e Roberto Carlos.

Com trânsito entre o clássico e o popular, Altamiro tocou em mais de 40 países, tendo sido um dos músicos brasileiros que mais difundiram o chorinho pelo mundo. O senador, que tem dois filhos músicos, disse que as novas gerações precisam conhecer o trabalho do flautista.

— Ele foi um exemplo para os brasileiros. O chorinho está de luto — lamentou o senador.

## Citricultura

Suplicy fez um balanço da citricultura e pediu mais atenção aos produtores de laranja, principalmente os de São Paulo. Segundo ele, o governo vai apresentar linha de crédito especial para os produtores, que estariam com dificuldade para pagar dívidas, em razão da crise mundial. Tomando um copo de suco de laranja, Suplicy lembrou que o setor também gera emprego para caminhoneiros e trabalhadores rurais de outros estados.



Suplicy afirma que as novas gerações precisam conhecer a obra de Altamiro